

Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 17 • nº 292 • vol. 17 • 2019



As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras

Aloir Pacini

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras

Chiquitanas identities endangered at frontiers

Resumo

Vistos como “estranhos” em seu próprio território, os Chiquitanos são trabalhadores braçais em fazendas brasileiras, e muitos vivem em “beiras de estradas, na zona neutra da fronteira, na periferia das cidades, não permitem o cultivo da terra e isso os obriga a procurar trabalhos assalariados para garantir o sustento familiar. Somente existe trabalho em fazendas para os que não se reconhecem como indígenas. O “mosaico étnico chiquitano” e as relações de conflito por causa da terra são os temas do presente artigo.

Palavras-chave: Chiquitanas; Indigenismo; Direitos Humanos.

Abstract

Seen as “strangers” in their own territory, the Chiquitanos are manual laborers on Brazilian farms, and many live on “roadside, in the neutral zone of the border, on the outskirts of cities, do not allow the cultivation of land and this forces them to look for salaried jobs to ensure family support. There is only farm work for those who do not recognize themselves as indigenous. The “Chiquitan ethnic mosaic” and the relations of conflict over land are the themes of this article.

Keywords: Chiquitanas; Indigenism; Human rights.

Cadernos
IHU *ideias*

**As identidades Chiquitanas
em perigo nas fronteiras**

Aloir Pacini

Professor adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 17 • nº 292 • vol. 17 • 2019

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVII – Nº 292 – V. 17 – 2019

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marlene Maia; Profa. Dra. Susana Focca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: crafts-2859262_960_720_pixabay

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.
Quinzenal (durante o ano letivo).
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).
ISSN 1679-0316
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.
CDU 316
1
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

AS IDENTIDADES CHIQUITANAS EM PERIGO NAS FRONTEIRAS

Aloir Pacini

Professor adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso

1. Introdução

Uma discussão em torno de noções de etnicidade, cidadania e do papel que desempenhou no campo das relações interétnicas continua tendo relevância nos tempos atuais. No *indigenismo* construído historicamente ao modo brasileiro, encontramos uma análise perspicaz de Alcida Rita Ramos (1990). Pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, todos nascemos “livres e iguais em dignidades e direitos”. Contudo, esse *homem*, que a *Declaração* sugere, não possui cara, não tem especificidade cultural, exerce tais direitos enquanto “indivíduo” e não enquanto membro de uma etnia, de uma sociedade ou nação. Compreendemos assim que essa afirmação acaba negando o princípio pelo qual muitos povos indígenas se declaram diferentes de outros seres humanos e, por isso possui direitos à educação e saúde específicas e diferenciadas. Como esta declaração de base, apoiada por outras declarações do mesmo estatuto e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) vão fundamentar a defesa dos direitos indígenas também ao seu território tradicional, vivemos num impasse jurídico na efetivação dos deveres e direitos atualmente. Na Universidade Federal de Roraima, para comemorar 10 anos da Declaração Universal dos Direitos Indígenas, Davi Kopenawa falou primeiro na língua Yanomami, depois “na língua do Brasil” para que o compreendêssemos, a respeito dos direitos da terra-mãe a partir do bioma amazônico:

“Terra carrega a água que a gente usa, bebe... Não é para ficar sujando rio, ficar doente. Nossa Mãe é generoso para todos os povos do nosso planeta... Vocês aprendem, cuidar primeiro dos direitos da floresta amazônica...” (transcrição minha da fala profética em 10/11/2017).

Em seguida, fez a denúncia de que os garimpeiros voltaram a invadir seu território tradicional e eles não estão mais dispostos a cederem seus territórios, porque isso traz muitas doenças para eles e a morte de todos. A partir da Antropologia, o relativismo cultural é um instrumento de análise, um princípio regulador que permite a comparação fecunda das semelhanças, a fim de resguardar as diferenças, por isso o seu conteúdo não pode ser diluído numa pulverização de responsabilidades sociais e políticas. Neste sentido, o relativismo cultivado por nós antropólogos seria a política das diferenças possíveis.

Aqui aparece a pertinência dessa radiografia: a Declaração Universal dos Direitos Indígenas propõe que cada cultura seja soberana para ditar suas próprias normas. As compreensões de des-envolvimento vindo de fora para dentro da Amazônia colocam o planeta em risco, pois a cultura do descartável e o consumo desenfreado é incompatível com a vida no planeta terra. Isso leva à destruição e à fratura ecológica sem precedentes pela ação humana que se tornou dramática pelos instrumentais disponíveis. Tirou-se o envolvimento que sustentava a terra em equilíbrio, des-envolveu-se a sociedade ocidental.

Contudo, os indígenas vêm dizendo desde muito tempo: somos irmãos da água, da árvore, da montanha, dos animais... filhos da mãe terra! Assim, é pelo contraste com a alteridade das sociedades nacionais que a humanidade de muitos povos é assegurada e reforçada. Os povos indígenas têm demonstrado uma vocação para o pluralismo e para a aceitação da diversidade cultural, o que não quer dizer ausência de estereótipos, antagonismos e conflitos. Estranha a resiliência dos Chiquitanos neste contexto: nenhuma sociedade indígena no Brasil é conhecida por ter como política extirpar as diferenças que a alteridade produz.

O relativismo de origem antropológico, no sentido dessa pragmática das diferenças possíveis, estaria mais proximamente associado à etnicidade, uma vez que se define pela opção relacionada ao direito e à diversidade humana e não pela *universidade* de direitos. Cada vez mais fica claro que o universalismo ocidental leva ao individualismo, à supremacia da Humanidade e à hegemonia do *Homem* genérico. Por outro lado, a cidadania, efeito sociológico da constituição dos Estados-nação, pode conduzir-nos ao seu reverso.

Percebo aqui na grande diversidade étnica no Mato Grosso que as razões que dão substância à cidadania estão ligadas a experiências compartilhadas dos idiomas, histórias, territórios, governos, religiões, símbolos materiais e imateriais. Contudo, nesta terra que viu nascer o indigenismo modelar do Estado positivista, ao ditar a norma de cidadania, o faz excluindo quem não partilhar das mesmas experiências. As contradições

se tornaram mais agudas com as etnias fazendo Assembleias de Chefes Indígenas a partir de 1974 para garantia de seus direitos que se constituíram ao longo de uma história própria e independente do Estado que as anexou.

A noção de cidadania usada pelos indígenas no Brasil é um recurso para sobreviver em meio à colonização impulsionada pela população majoritária. Enquanto os *brancos* naturalizam a cidadania, os índios instrumentalizam-na e foram avançando nos seus direitos. O fascínio que os índios têm exercido nos meios de comunicação garantem aos indígenas uma visibilidade que não deixa de ser surpreendente, se considerarmos que a população indígena no Brasil é minoria em proporção à população nacional. Vale lembrar que nenhum outro país americano possui tanta diversidade de povos indígenas, talvez por isso, apesar de minorias demográficas, conseguem atenção pública.

A Constituição de 1988 produziu avanços significativos no que tange aos direitos étnicos e humanos dos povos indígenas. E a criação de uma divisão especial para tratar de assuntos indígenas, a Procuradoria da República, passou a ser um dos espaços mais fortes na defesa dos índios dentro do Estado brasileiro. Numa época em que a voz do índio era quase inaudível na cena nacional, eram os grupos de apoio à causa indígena que se expunham na frente de batalha das reivindicações de direitos, principalmente, durante o governo militar. Tempos difíceis que retornaram com o governo atual, mas agora os povos indígenas já assumiram muitos de seus lugares de voz e vez.

O Estado brasileiro tem visto a questão indígena ser levada a fóruns internacionais, como a Comissão dos Direitos Humanos da ONU e o Parlamento Europeu. Saturnina Urupe Chue (Chiquitana) defende lá fora os direitos de sua etnia ter demarcada seu território tradicional, contestando acusações de que não são indígenas.

A Igreja Católica, entidades de apoio ao índio e alguns líderes indígenas já sentiram os efeitos de confrontar o nacionalismo brasileiro com o universalismo internacional. O Estado brasileiro, defensivo como se tem mostrado no que interpreta como ameaças à segurança nacional - a questão indígena que, nos governos passados ficou sob a égide dos militares, ainda não se livrou totalmente dela -, parece que vai aprender o que é diplomacia. Apesar de aparentar segurança inquestionável e nos distrair com suas "loucuras" é, no entanto, altamente sensível à opinião internacional.

Os indígenas apropriaram-se das diretrizes humanistas das ONGs e acionam os seus próprios recursos étnicos como instrumentos políticos. De forma perspicaz, misturam planos e dimensões que poucos brancos

imaginariam ou ousariam. Na arena política do contato interétnico, os direitos aos bens do Estado só podem ser garantidos aos índios graças ao universalismo dos direitos humanos combinado criativamente ao direito de ser diferente, propugnado na OIT, ao qual o Brasil é signatário.

Neste caso, a noção de etnicidade é chamada a juntar-se nesta orquestração criada pela cidadania e, pelo universalismo, na medida em que os grupos étnicos vão sendo conquistados pela expansão das sociedades dominantes. No caso específico dos Chiquitanos no Brasil, o encontro das vozes do universalismo dos direitos humanos é acionado de forma exemplar, pois trata-se de uma etnia que está nos dois lados da fronteira nacional, entre Bolívia e Brasil. Aqui a cidadania brasileira e a etnicidade dos povos indígenas têm que levar em conta a prática indigenista do SPI e da FUNAI, um palco erguido pela conquista interna promovida pela nação e ativado pelos mais díspares pontos de vista e interesses de ordem ética, social e política.

Curiosamente, mas não sem perversidade, nossa cidadania no Brasil não considerava as especificidades étnicas dos indígenas antes da Constituição de 1988, por isso a ideologia era integrar e os tornar cidadãos produtivos ao Estado. No Brasil, ou se era brasileiro ou se era estrangeiro. E o índio ficava *no limbo*, um campo intermediário até que pudesse ser “emancipado”. Ao índio não cabia naturalizar-se brasileiro, pois já é um “natural da terra”; cabia “emancipar-se”, libertar-se do *status* ambíguo de “relativamente incapaz”, conforme rezava o Código Civil da época e o Estatuto do Índio de 1973. Fazia-se questão de afirmar que os indígenas não são estrangeiros e nem cidadãos plenos, pois não comungavam a mesma língua, história, símbolos etc. Contudo, com os nacionais compartilhavam um contexto interétnico colonizador, gerado pela própria conquista e invasão de seus territórios tradicionais.

Desejo refletir aqui sobre as formas para adquirir essa cidadania, o que era perverso, pois eram obrigados a “perder” a sua identidade, deixar de serem indígenas. Com isso, até a Constituição de 1988, não era possível ser índio plenamente, pois era considerado um menor. Nesse sentido, *estava-se índio*, como uma criança cujo destino inapelável era tornar-se adulto, emancipado. O conceito de cidadania, como todo conceito jurídico, tem que ser entendido dentro de uma sociedade determinada e de uma época específica. Para ilustrar o que digo, trago aqui o caso dos Chiquitanos na sua relação com a sua dificuldade de se reconhecer na sua identidade étnica indígena porque perderam o usufruto do seu território tradicional.

Mais amplamente, o Estado brasileiro nega até hoje aos povos indígenas a *propriedade* de seu território, já que não existe no país a figura

jurídica da propriedade comunitária da terra. No processo de demarcação de seus territórios tradicionais, o indígena tem a posse, porém, a propriedade é da União. Na lei, o usufruto exclusivo dos índios aos recursos naturais de suas terras está assegurado para algumas etnias, mas no caso dos Chiquitanos, até isso lhes foi negado-roubado persistentemente. Na prática, os territórios indígenas são tomados como bens públicos e notoriamente objeto de invasões, usurpações e outros tipos de abuso. E a marginalização social dos índios acontece principalmente pela perda do direito à sua especificidade cultural e étnica que lhes daria direito ao território tradicional. No interior de suas etnias e sociedades, ter carteira de identidade e outros sinais de brasilidade é perfeitamente irrelevante e dispensável. Mas não o é no caso aqui abordado, pois essa etnia está em confronto com a sociedade nacional, porque taxados de bolivianos para não reconhecer seus direitos no Brasil. O que traria segurança étnica seria a noção de diferenciação legítima articulada com a igualdade de condições para os índios, não pela semelhança, mas pela equivalência de direitos em relação aos seus vizinhos Nambikwara e Paresí que possuem terras demarcadas.

É certo que a constituição de 1988, pela primeira vez na história do país, assume que ser índio é um estado pleno de humanidade e legítimo, não uma condição temporária. Mas os índios ainda são tutelados, ainda têm seus direitos limitados, mesmo que deem todas as demonstrações de conhecimento cívico e desenvoltura na vida nacional. Mais dramático é o caso dos Chiquitanos que tradicionalmente afirmavam-se plenamente humanos distanciando da condição discriminatória pela qual passavam os indígenas, por isso, com maior dificuldade são reconhecidos, atualmente. Por outro lado, está em jogo grande parte do seu enorme território tradicional em toda a faixa da fronteira, negociado no passado com a Bolívia, em troca das estradas de ferro: Madeira - Mamoré e Corumbá - Santa Cruz.

2. NÓS na cidade, índios em contexto urbano

Outros agravantes para o caso dos Chiquitanos é o preconceito relacionado aos índios na cidade, algo que o Marechal já rendia a eles por serem católicos. Agora os fazendeiros e políticos souberam utilizar com habilidade destas circunstâncias históricas, pois estes se consideravam não mais “índios dos montes”, das matas porque tinham passado pelas missões jesuíticas. Em 2007 escrevi um texto dentro de um projeto de pesquisa na UFMT que possuía esta metáfora dos nós na cidade para acionar a perspectiva dos direitos indígenas, mesmo nos contextos urba-

nos ou, ao menos, compreender por que muitos dizem que não são índios. No decorrer do texto descrevia as relações entre os povos Chiquitanos, brasileiros e bolivianos, e suas relações sociais com outras etnias neste contexto de aliança necessários dentro do Brasil, após Constituição de 1988. Baseava-me nos estudos disponíveis para fazer compreender o leitor a respeito da constituição do ser humano nas suas relações sociais e culturais. Revela-se assim ao leitor a relação com as subjetividades humanas onde o *eu* se tornava identidade quando se relacionava com os elementos da natureza que os identificavam e outros seres humanos, pois as diversas relações de sociabilidade dos povos indígenas pareciam-me que os definiam enquanto tais.

Neste caso, as relações entre os Chiquitanos, nas aldeias e nas cidades, entre si e com a sociedade envolvente, davam margem para mudanças culturais que não os descaracterizavam enquanto indígenas e, mesmo com as etnogêneses possíveis, novas identidades se elaboravam a partir de sua interação com outros povos em suas intersubjetividades, ou seja, não deixavam de serem indígenas por isso pois as culturas são dinâmicas.

Casos estranhos eram as imposições culturais mais hostis, pois existem relações de povos indígenas no contexto das políticas de integração nacional que, a partir do momento em que iniciaram relações mais intensas com os “brancos”, passaram a negar suas etnias em uma chamada *dialética de sobrevivência*. As fronteiras entre *nós* e os *outros* são estabelecidas física e simbolicamente. As condições de circuncisão dos significados dessas fronteiras são estabelecidas pelos próprios atores sociais que decidem quais signos que expressam seus limites, mais ou menos flexíveis e mutáveis, em geral definidores do pertencimento coletivo.

Aqui se torna relevante o exemplo de muitos Chiquitanos que, ao iniciar esse tipo de relação social preferiam “ocultar sua identidade indígena”. Este aspecto não é exclusivo dos Chiquitanos, mas também se refere a outros grupos étnicos.

Uma figura neste contexto de Mato Grosso é Cândido Mariano da Silva Rondon, de origem indígena Boe (Bororo), que teve seus direitos a viver como indígena no Pantanal (Mimoso) de forma tradicional negados logo cedo. Por causa de sua vinculação com o Exército, e da sua descendência, foi mandado para estudar na cidade do Rio de Janeiro. Quando volta para seu Estado natal, depois de anos, vem com a ideologia positivista e desenvolvimentista, e busca desbravar as matas para impulsionar as relações entre a cidade e as aldeias.

A realidade dos povos Chiquitanos na fronteira do Brasil tem a ver com Rondon, pois é ele o encarregado de incorporar grande parte dos

territórios indígenas ao Brasil e os responsáveis pelas linhas telegráficas disponibilizam as terras Chiquitanas para a colonização em Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade. O objetivo principal de Rondon era desbravar as terras para o impulsionar o telégrafo, mapear as regiões para melhor explorar estes lugares mais distantes do Brasil e estabelecer relações com os indígenas da região.

Contudo, os diálogos com as diferentes etnias não aconteceram da mesma forma, o que faz com que muitos rompam sistematicamente as fronteiras estabelecidas. Por vários motivos, não entendemos em geral porque os Chiquitanos se dizem “civilizados”, e não querem ser chamados de índios. Alguns motivos foram mencionados em outro trabalho, entre estes a perda de seu território para o avanço das cidades em torno das aldeias, trazendo para esses povos um novo entendimento da realidade.

... o caminho da auto-identificação dos Chiquitanos é controverso. Muitos dos que trabalham nas fazendas não querem assumir sua identidade para não perder o emprego nas fazendas. Os fazendeiros falam que vão mandar embora quem se disser indígena. (Pacini, 2003, p. 246)

João Pacheco de Oliveira auxilia nessa reflexão, pois seus trabalhos com a noção de territorialidade estão inseridos no contexto colonizador. Nesse viés analisei como um processo de reorganização sociocultural nas fronteiras do Brasil com a Bolívia levou os Chiquitanos a pensar seus processos de mudanças culturais ao passarem a viver nos *pueblos* ou cidades. Deste modo, voltamos para a discussão da negação de identidade étnica que ocorrerá em diferentes contextos, o que poderá ocorrer também em nossa sociedade, como uma negação de identidade para interesses circunstanciais como conseguir um emprego, por exemplo.

Penso que a cultura dos Chiquitanos só pode ser compreendida a partir do momento em que se compreende os contextos das relações interétnicas subjacentes nestes *pueblos misionales* e dos meios sociais das aldeias e das cidades nas quais circulam atualmente e que são frutos de interações sociais concretas. Certo é que as identidades construídas por estas relações podem ser acionadas como *redes* de parentesco de origem comum, ou mesmo nas relações livres que permeiam cada ser humano. Relevante é observar com cuidado a complexa *rede* de relações interétnicas que ultrapassa as fronteiras nacionais e levam os Chiquitanos às migrações para os centros urbanos, uma alternativa menos dramática para a vida nas fazendas ou nas aldeias. Esse fenômeno foi acompanhado muitas vezes pela negação ou mesmo mais liberdade na afirmação da identidade Chiquitana.

A rede de relações dos Chiquitanos entre *eus* e *nós* criam relações que se fortificam e se distendem dependendo da necessidade. Mesmo sendo uma relação de resistência e luta contra as fronteiras nacionais, por vezes bastante militarizadas, com a constante presença de violência e opressão, o que foi agravado mais recentemente é a reivindicação de demarcação de seu território tradicional. Outro detalhe é que a fronteira está sendo associada também ao tráfico de drogas, por isso, essa população está subjugada como *rizoma*, composta por muitas camadas, não sobrepostas, mas espiraladas:

Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. [...] O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. A seu modelo de realização, que é o rizoma (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui platôs (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem territórios e graus de desterritorialização.

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. (Deleuze & Guattari, 1995, p. 14).

O contexto onde estes rizomas frutificam ou estas redes com seus *nós* estão inseridas, é nas relações que os Chiquitanos estabelecem entre as aldeias e as cidades. Tais contextos permitem a relação social necessária à reprodução dos seus traços culturais. De uma forma geral, os povos indígenas são pensados em um âmbito de florestas, selva, baías, cerrado etc., sem deixar de levar em conta as aldeias, como centros irradiadores de sua cultura. Aqui proponho abrir horizontes, olhar as cidades, especialmente os *pueblos* Chiquitanos, como irradiadores de uma cultura indígena ancestral.

Estrategicamente, na dinâmica do Estado, os índios afastados desta realidade rural de aldeia eram definidos como *bugres*, porque distinguiam-se da representação original dos indígenas dentro de suas unidades territoriais. Mas, pelo fato de serem chamados “bugres” ou caboclos, os distinguiam com um ar de desprezo e inferioridade e lhes negavam os direitos ao seu território tradicional. Neste contexto, a palavra *bugre* na região desta fronteira será uma consequência das mudanças históricas, associada aos espaços populacionais maiores que as aldeias.

Para compreender dialeticamente as relações de intersubjetividade onde o *eu* se torna *ipseidade* (um *em si* e *no outro*), existe a necessidade

de ir além do conhecimento *de si e do outro* nos *encontros* que são o verdadeiro *nós* das relações humanas, um re-conhecimento. Desta forma, temos aqui nas aldeias Chiquitanas e nas cidades para onde eles circulam ou foram morar (periferias), exemplos de um verdadeiro conhecimento de uma relação entre sujeitos livres que se enriquecem por ambos possuírem intencionalidades diferentes. Só compreendemos esta dialética a partir do momento em que entendemos a dinâmica das negações impostas e escolhidas seletivamente, ou mesmo as mudanças para áreas urbanas pelos povos indígenas como atos relativamente livres.

A dinâmica da capitalização dos territórios tradicionais dos Chiquitanos, o que se exacerbou deveras nos últimos 50 anos, provavelmente é responsável pela migração forçada. O Estado teve, perversamente, o papel de sustentar a estrutura de produção de gado na fronteira e reproduzir interesses entre as classes sociais mais abastadas. Na análise da realidade urbana na segunda década do século XXI identifiquei uma conjuntura de regressão de direitos indígenas, dos valores e das conquistas civilizatórias, alimentadas por irracionalismos econômicos, fragmentações culturais, nas opressões políticas atuais no Brasil.

Essa migração da população indígena Chiquitana para regiões urbanas se dá por razões que ficam mais claras com uma análise histórica ampla: estes foram pressionados por grandes produtores, construções de grandes obras, como barragens e expansões de *commodities* estabelecendo preço aos alimentos, o que dificulta e faz tais modelos de vida enraizados numa cultura ancestral serem renegados de uma forma perversa. Com o passar dos tempos, suas origens são negadas e abandonadas, fazendo com que as culturas indígenas não pudessem mais ser resguardadas. Mais ou menos esquecidas ou escondidas nos tempos atuais, apesar de terem sido por séculos guardadas do desenvolvimento porque não interessavam seus territórios tradicionais sem grandes riquezas minerais a não ser o sal, assim foram passadas por gerações aos seus descendentes. Contudo, agora o georeferenciamento chegou a cada palmo do planeta terra e tudo está sendo privatizado, capitalizado.

3. A violência contra os povos indígenas em Mato Grosso

Aqui quero refletir sobre a violência praticada especificamente pelo Estado de Mato Grosso sobre os povos indígenas, especialmente os Chiquitanos. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) realiza um Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil a cada ano para termos uma compreensão de que se trata de uma violência orquestrada e sistêmica. Não basta analisar dados estatísticos uma vez que é

preciso compreender a subjetividade da violência, como ela é percebida e sentida pelos próprios povos indígenas, a partir das suas cosmovisões. Essa compreensão só pode ser alcançada quando analisada ao longo do tempo.

Os dados mostram que essa violência aumentou de 2017 em diante, com a mudança de governo. É importante pontuar que o Estado brasileiro legitima a violência que é praticada contra essa população, porque existe também grande preconceito na população que compactua com este pensamento escravista e usurpador. Em 2019, com apoio das urnas, essa violência se multiplicou e os agressores passaram a se sentir legitimados pelo governo atual de forma grosseira. Podemos exemplificar essa brutalidade através da figura abaixo, que consiste em um *grafite* do artista Jean Siqueira, que está localizada no Morro da Luz, especificamente na Ilha da Banana na cidade de Cuiabá (Mato Grosso), com a denúncia explícita: *Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. E o índio torturado sem mais o que fazer a não ser dizer Amém.*



Esta figura representa o que historicamente a população indígena sofre por parte dos governos, especialmente no regime militar (cf. Relatório Figueiredo), pois o desamparo e a negação dos direitos dessa população são negados sistematicamente pelas instituições e representações do Estado, coisa que assustadoramente retorna forte neste governo.

Tudo que está aprovado aqui, está acontecendo, os madeireiros estão invadindo nossas terras! É pré-grilagem, eles estão comprando terra, estão invadindo a terra. E a nossa terra não é demarcada! Por que as terras indígenas não é demarcada? Os nossos caciques estão ficando doentes. Porque todo dia, não consegue mais fazer roça; porque é preocupado, o que que sai mais um: saiu que a Funai não existe mais! Estão colocando ruralistas! Estão colocando a Funai para a Agricultura! A Damares, que é aquela? A Damares, aquela mulher não representa nós indígenas, não! Porque os evangélicos estão entrando sim na nossa terra pra dividir o nosso povo, tirando a nossa cultura. Agora quer tirar a nossa alma, a nossa alma! Ela não conhece o que é Indígena; ela não conhece a Terra Indígena; ela não conhece o Índio; ela não sabe o que é a Vida! A Damares não sabe, a Tereza Cristina não sabe! E aquele Bolsonaro, quero dizer pra ele: respeita nossos direitos, respeita os nossos antepassados! Porque, desde 519 anos, nós estamos resistindo, e dizer que, mesmo que tiram a nossa raiz, ela está lá infiltrada e ela está crescendo e ela vai criar mais frutos, e as flores vão se espalhar!¹

Ninguém nega que o processo de luta e resistência tem início com a invasão do país pelos colonizadores espanhóis, franceses, holandeses, portugueses etc., pois é nesse momento histórico que os seus territórios passam a serem ocupados, seus direitos retirados, sua população perseguida, seus ritos e crenças menosprezados e suas lideranças assassina-das cotidianamente. Mas ver isso acontecer em 2019 assusta.

O Estado negligencia o acesso às políticas sociais de tais cidadãos, sendo que esses têm a sua cidadania omitida e usurpada. Os algozes dos povos indígenas estão, mais do que nunca, assentados dentro do Estado. Agem impiedosamente nos centros de poder estabelecidos contra os que são os originários filhos do Brasil porque assim nós nos constituímos essa Nação, tomando as terras e escravizando os indígenas. Aqueles que deveriam ser honrados, respeitados, protegidos e valorizados por nos ter dado uma terra fértil e cheia de riquezas e culturas, ao contrário estão sendo dilapidados.

1 A líder indígena Alessandra Munduruku, em fala contundente ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no dia 5/5/2019 in <https://www.facebook.com/quebrandootabu/...indigena.../21145440...> Entre mais de 2000 comentários encontrei esse de Carmen Lígia Dias Rabelo: “Minha cunhada cobriu essa reunião como jornalista (Nádia Pontes) ela relatou que ao final do discurso, essa mulher indígena chorava copiosamente, de tristeza e desespero pelo desamparo que os povos indígenas vêm sofrendo todos os dias... Deveríamos todos nos sentir assim tb, desamparados e enfurecidos de como os reais fundadores e donos desta terra são tratados.”

Algumas violências contra os indígenas podem ser mencionados, especialmente para os que aparecem como lideranças neste movimento indígena: assassinato, tentativa de assassinato, homicídio culposo, ameaça de morte, lesões corporais dolosas, abuso de poder, racismo e discriminação étnico cultural, violência sexual etc. Quando a violência é decorrente do desamparo por omissão do poder público, outras facetas são sentidas: suicídio, desassistência de maneira geral na área de saúde física e psicológica, disseminação de bebida alcoólica e outras drogas, morte por displicência à saúde, mortalidade infantil e tentativas de militarização das escolas indígenas.

O ato de utilizar força física e/ou moral (psicológica) contra a população indígena, incluindo todas as formas possíveis de coação que se apoia em imposições, podemos citar também como violência desconfigurada, seja ela econômica, social ou simbólica, de modo que a cultura, os comportamentos e interações sociais, os hábitos alimentares e outros são ridicularizados. Esta violência que se dá de forma contínua e histórica, pode ser nomeada como uma nova rotina de disciplinarização militar.

Ao mudar-se para o meio urbano, os indígenas precisam adaptar-se às novas relações sociais que ali encontram, relações que não fizeram parte de sua construção até aquele momento. Uma dinâmica acelerada da vida na cidade que não era tão presente em seu cotidiano parece deixar os indígenas extenuados.

Cabe a nós pensar a violência contra os povos indígenas no contexto urbano, indagando-nos inicialmente no porquê de tais populações terem migrado para a cidade. Se analisarmos a história no âmbito social, econômico e político, iremos encontrar um acontecimento denominado genericamente pela categoria *desterritorialização*, que grosseiramente pode ser dito como invasão do seu território tradicional, o que condicionou a saída dos povos indígenas de seus territórios. Esse processo tem enfraquecido certas dinâmicas culturais e suas relações entre esses espaços urbanos e seus espaços de origem. Um dos elementos decorrentes é que os seus territórios foram expropriados pelos colonizadores, devastados e o seu povo exterminado, isso em vista do lucro de uma pequena parcela da sociedade.

Por outro lado, a colonização orquestrada simbolicamente faz sua publicidade: a *cidadania* somente é possível na cidade. De acordo com o censo de 2010 que foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população indígena está distribuída espacialmente da seguinte maneira, conforme o quadro da distribuição dos indígenas em suas terras demarcadas ou fora delas.

**População indígena, por situação do domicílio,
segundo a localização do domicílio – Brasil - 2010**

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572 083
Terras Indígenas	517 383	25 963	491 420
Fora de Terras Indígenas	379 534	298 871	80 663

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Esse quadro mostra que 36,2% da população indígena está na área urbana de forma mais permanente. Apesar de toda propaganda que tem incentivado o êxodo rural, este dado mostra que a maioria ainda está no seu lugar tradicional e deixa explícito também que a relação dessa população com a terra está enraizada. Neste contexto, é necessário compreender que, para a população indígena, a função social da terra é a de produzir a subsistência para a vida do seu povo. Além do mais, os indígenas se consideram parte da terra e a terra parte deles, esses espaços contêm valores simbólicos (cultura, crenças, costumes) e materiais. A etnologia mostra que a terra é sagrada para as comunidades indígenas, por isso é de extrema importância que seus territórios sejam regularizados, pois essa é sua sustentabilidade, uma das possibilidades de se respeitar e preservar suas tradições e identidades.

Por mais óbvio que pareça, é preciso dizer novamente que a construção das identidades acontece a partir das relações sociais entre as pessoas que vivem de modo organizado em sociedades. Pois a identidade se constrói nas relações, nas redes de parentesco, marcadas pela origem comum, e nos encontros significativos que se sucedem na vida de cada ser humano. Para os Chiquitanos, essas redes de relações se estabelecem tradicionalmente nos contextos das aldeias e cidades.

Portanto, quando nos propormos a pensar o outro, devemos partir do princípio da alteridade para relativizar as nossas percepções, critério para observar com mais cuidado a visão do outro sobre sua realidade, nesse caso, as opressões que vivenciam para negarem suas identidades. Talvez assim seja possível visualizar de modo mais completo como as negligências do Estado e a falta de conhecimento da população em geral potencializam as situações de exploração vividas por essa parcela da população que tende a ser marginalizada na dinâmica do capitalismo.

4. As identidades Chiquitanas em risco nas fronteiras

Algumas reflexões a partir de um caso concreto de um Chiquitano que busca seus documentos dentro da dinâmica do Estado brasileiro parecem relevantes aqui. O que leva à diversidade dos povos apesar de sistematicamente termos políticas que buscam fazer do país uma mesma identidade cultural (território, língua, religião: ideal da formação da República do Brasil, em 1889). As formas de pensar e viver das etnias de um mesmo local são mais homogêneas, mas a diversidade do Brasil levou a pensar-nos como pluriétnico e multicultural somente quase um século depois, em 1988. E tantos indígenas que não fizeram documentos, não existiram no Brasil? Pensar um mesmo papel (documento), pode dizer algo de nós e sobre nós perante o Estado, mesmo assim não consegue abranger a totalidade do que somos. Por isso o documento de identidade garante uma certa cidadania diante do Estado, mas sempre limitada. E quando temos um Estado que foi tomado de assalto por um governo como este do *coiso*, que nos explora e não quer nem a nossa seguridade da Previdência Social? É com essas indagações que podemos começar a pensar acerca de vários assuntos e que, de certa forma, no decorrer da leitura, nos faz pensar e repensar sobre nós mesmos.

O foco deste texto são os povos Chiquitanos, a partir deles, que fazem a Romaria de Santa Ana que vem da Bolívia e atravessam as fronteiras para chegar nas comunidades do Brasil. Podemos pensar uma certa continuidade cultural e religiosa do território tradicional, apesar da fronteira dos Estados, o que tende a unificar a identidade étnica Chiquitana nas fronteiras nacionais do Brasil com a Bolívia (Pacini, 2015, p. 143). Embora seja mostrada essa ligação visceral das comunidades Chiquitanas na fronteira, parte nasceu no Brasil e parte na Bolívia, mas sempre no seu território tradicional. O povo Chiquitano passa por um problema que foi a divisão de seu território entre Estados diferentes, na verdade as negociações políticas cortaram seu território tradicional sem consulta prévia e esclarecida. O não-reconhecimento dos Chiquitanos como cidadãos nos dois países acontece de diferentes formas. Por isso, muitos passam para um ou outro lado da fronteira criativamente. Manoel Massái não era cidadão nem lá e nem cá porque não tinha documento de identidade.

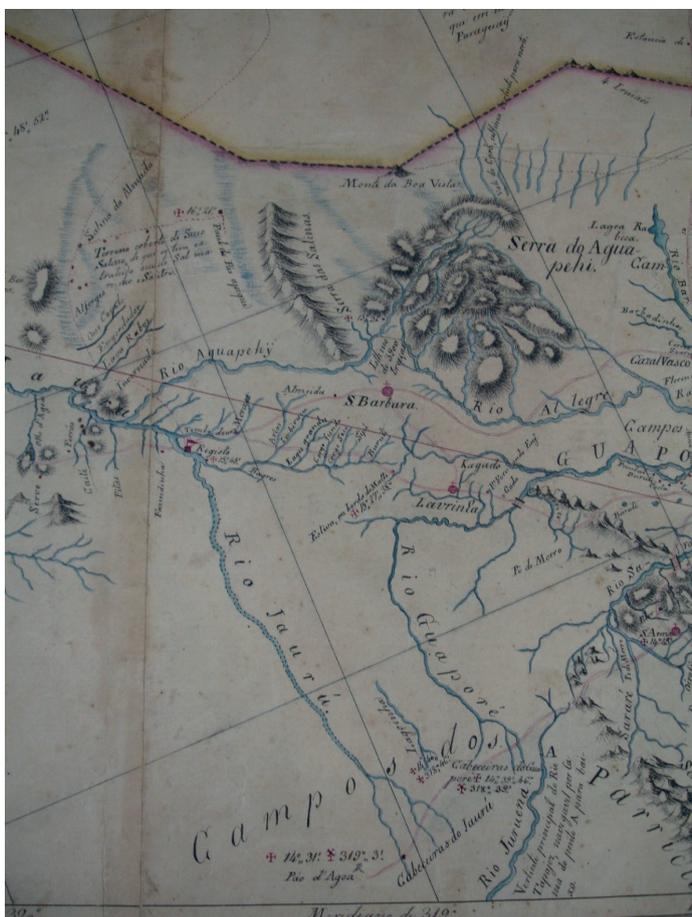
É importante expor que a Constituição brasileira fala dos cidadãos nacionais, não dos estaduais ou municipais, por isso “[...] limita-se apenas a dizer quem são brasileiros natos e naturalizados, ela não traz a exigência da obrigatoriedade estatal ao seu reconhecimento” (Pacini, 2015, p.

144), ou seja, alguns detalhes deste Estado de Mato Grosso estão subsumidos no país e as obrigações do Estado e dos municípios são as mesmas do Brasil.

MAPA de los Confines del Brazil com las tierras de la Corona de Espanha em la America Meridional (1745).



Neste mapa fica evidente o lugar relevante intensamente povoado da Chiquitania, pertencente aos reinos de Espanha, o que era um entrave no expansionismo português e bandeirante, isso até que o Tratado de Madrid (1750) incentivou a invasão de boa parte do território Chiquitano pelo império do Brasil. Com isso, as linhas das fronteiras foram se expandindo para dentro da Chiquitania.



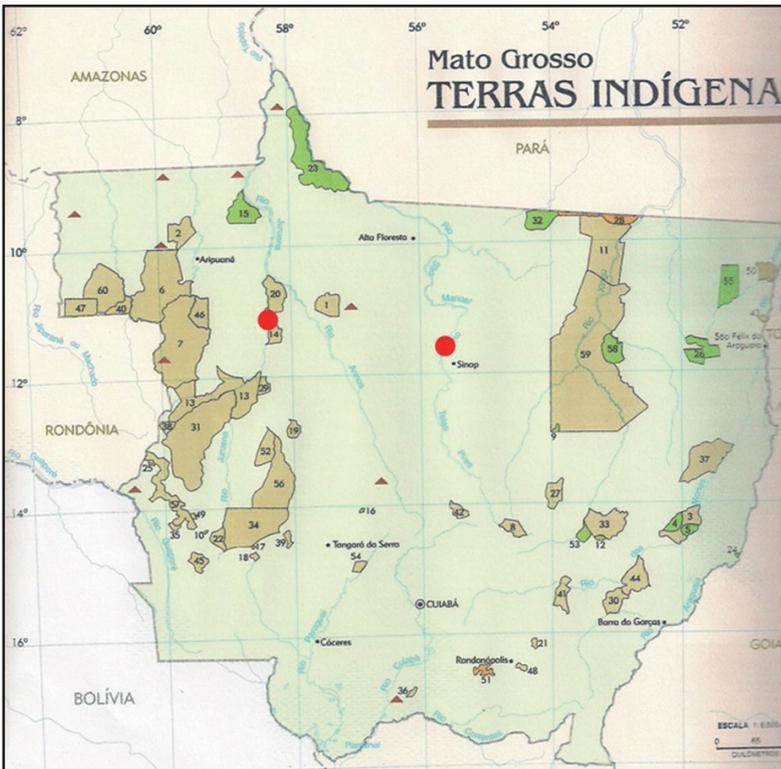
Carta geográfica do rio Guaporé, 1818. Mapa das diferentes linhas de fronteira e comunidades Chiquitanas ao longo da estrada de Santa Ana (Bolívia) e Vila Bela e Cáceres (Brasil) (in Pacini, 2012).

No Mapa acima encontrado na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) trago com detalhes o que os Chiquitanos expressam quando falam dos divisores de águas como *coroas do mundo*. Um detalhe é que lhes coube viverem tradicionalmente nestas coroas do mundo para trazer uma compreensão de que as águas são o maior tesouro desta terra, sem ela não há vida. Outro detalhe é que a Serra de Santa Bárbara, onde desce o rio Aguapeí para o Paraguai, também desce o rio Barbados para o Guaporé,

por isso os portugueses desejavam afirmar que o Brasil era uma ilha e, neste caso, pela legislação da época, toda ela pertencente aos portugueses, porque Pero Alvares de Cabral a teria “descoberto”.

Contudo, numa análise política atual, os Chiquitanos são invisibilizados pelo fato de reivindicarem seu território tradicional segundo a Constituição de 1988. A série de três mapas a seguir fala por si só desta presença intensa no passado e o absurdo do presente como terras devolutas entregues aos fazendeiros, sem considerar os Chiquitanos.

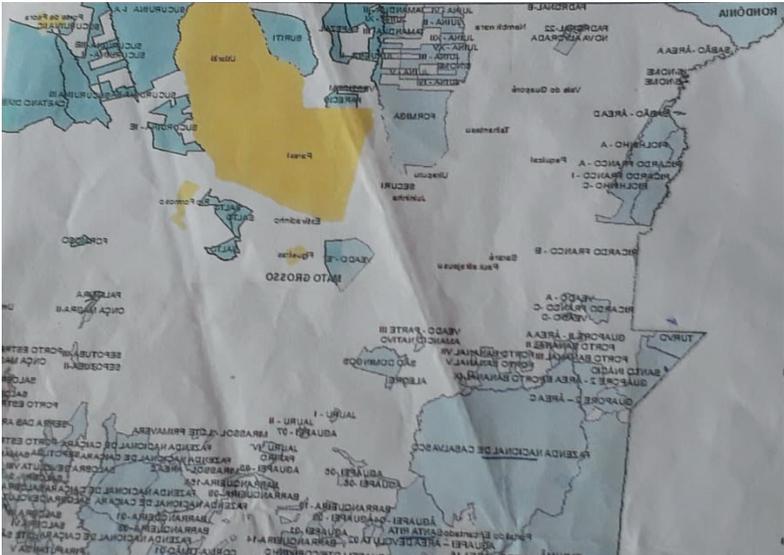
Terras Indígenas demarcadas no Mato Grosso.



Os Chiquitanos são invisíveis no mapa das Terras Indígenas em Mato Grosso (2000) acima. Contudo, toda esta faixa de fronteira de Corumbá a Rondônia, era território tradicional dos Chiquitanos intensamente povo-

Com relação à fronteira que liga a Bolívia e o Brasil, especialmente onde estão localizados os Chiquitanos, os dados a respeito das negociações que acontecem entre os municípios do Brasil e da Bolívia são relevantes, pois são nesses municípios de Cáceres, Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e Cuiabá (Mato Grosso) que os Chiquitanos estão atuando de forma mais intensa politicamente. “Para os Chiquitanos a fronteira não é somente um limite nem só separação, mas um lugar de muitas possibilidades de aproximações e de passagens no microcosmo dos municípios” (Pacini, 2015, p. 146).

Glebas da União na Fronteira em azul onde os Chiquitanos são expulsos para as cidades.



O Mapa acima mostra uma região densamente povoada pelos Chiquitanos somente pela intensidade de indicação de ocupação com nomes dos lugares. Contudo, a Fazenda Nacional de Casalvasco que parece um lago foi o local onde o primeiro Governador de Mato Grosso Rolim de Moura estabeleceu os Chiquitanos atraídos dos *pueblos misionales* para povoar este lugar (1750). As Glebas da União na Fronteira que devem ser destinadas preferencialmente aos indígenas, segundo a legislação do Brasil, mas parece que foram disponibilizados para os fazendeiros. Sinto-

mático é ver o INCRA legalizar terras na região com milhares de hectares para militares e outros políticos e cerca de 15 a 30 hectares para os Chiquitanos que são os moradores mais antigos na região. Na aldeia Nova Fortuna, mais dramático ainda, pois os lotes de 15 por 50 metros no meio das fazendas foi a parte que coube para os Chiquitanos neste latifúndio. E o fim, como bem coloca João Cabral de Melo Neto em poesia, será uma cova grande para todos.

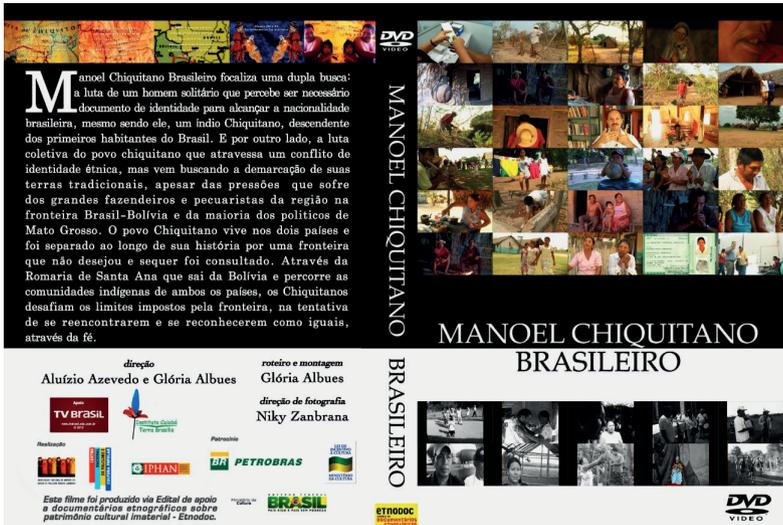
Para aprofundar o aspecto cultural e social da fronteira, aprofundo a complexidade do caso de Manoel Massai Manacá, conhecido como Manoel Chiquitano, nascido na comunidade Santa Rosa, desfeita pela Comissão de Limites em 1966. Esse lugar se tornou uma das fazendas tomada pelos Barbosa, parentes do primeiro Governador de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho, militar nomeado para o cargo (1889 a 1891), atuantes na divisão do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1976. Manoel ficou um tempo com os pais na Bolívia e depois, no momento do filme e texto, era morador da Comunidade Santa Aparecida, município de Vila Bela da Santíssima Trindade em Mato Grosso. Ele era reconhecido por sua etnia Chiquitano que o acolheu, mas não pelo Brasil. Ele e sua mulher não possuíam documentos de identificação brasileiros, por isso não conseguiram usufruir de direitos sociais como o atendimento médico, aposentadoria etc.

Essa questão que envolve os direitos acaba sendo percebida mais dramaticamente por Manoel Chiquitano, quando sua esposa morre por falta de atendimento em um hospital de Vila Bela da Santíssima Trindade, pelo simples fato dela não ter documento não foi atendida. Isso faz com que ele busque a possibilidade de adquirir seus documentos e, quando ficar doente e os pajés não derem conta de curá-lo, ser atendido em hospitais como um cidadão brasileiro.

Outra situação que é interessante evidenciar aqui, é que os Chiquitanos acabam tendo relações diversas com pessoas que vêm de fora, em decorrência da sua localização, que vai desde os bolivianos e brasileiros. Por exemplo, os militares dos exércitos que vêm para vigiar a fronteira, muitos deles se tornaram os fazendeiros que invadiram as terras dos Chiquitanos, mas também, comerciantes e alguns deles traficantes e sacoleiros etc.

Quando paramos para analisar essas relações que parecem só econômicas, vemos também as mudanças sociais e culturais que ocorreram naquele lugar (fronteira), que se inicia desde da chegada dos portugueses e espanhóis no século XVII, com o propósito de conseguir mão de obra escrava de índios ou o Eldorado.

5. Documentos para Manoel Massai Manacá



A partir dessa parte do texto, o autor traz a trajetória desse Chiquitano em busca dos seus documentos, mas que não gosta de ser chamado *índio*, por causa da história de discriminação e opressão vivida. Manoel nasceu em 17 de julho de 1954 bem na fronteira em uma comunidade chamada Santa Rosa. No meio desta comunidade passou a linha da fronteira, por isso foi desfeita em plena ditadura militar e as pessoas dali acabaram mudando para comunidades próximas como a comunidade San Joaquin (Bolívia) e São Simão (Brasil). Em termos mais gerais a terra estava sendo também distribuída pelo Estado do Mato Grosso e não se sabe todas as negociações ocorridas neste âmbito, fato é que essa comunidade acabou sendo desfeita pelos fazendeiros que usaram o braço do Estado, pois estes é que ficaram com as terras. Mais dramático é que essa questão que envolve os Chiquitanos sendo expulsos das terras pelos fazendeiros no Santa Rosa não é um caso isolado. Vila Nova Barbecho, a comunidade de Saturnina, só não foi expulsa pelas alianças que conseguiram estabelecer a tempo, mas a comunidade vizinha de Acorizinho já não existe mais.

... a expulsão das comunidades chiquitanas na fronteira é recorrente e foi documentada em meu trabalho de doutorado e por outros pesquisadores, o que mostra a dramaticidade do fenômeno da migração chiquitana para as cidades ou outros locais mais remotos do interior

por ocasião da expulsão do homem do campo pelo avanço do agrogócio ou da pecuária de extensão (Pacini, 2015, p. 151-2).

Com relação aos documentos de Manoel, houve muitas tentativas, sendo a primeira por pedido do cacique da aldeia Fazendinha, que é outra comunidade Chiquitana dentro da Terra Indígena Portal do Encantado. Manoel buscou fazer os documentos no Fórum de Porto Esperidião, contudo, passados meses dos encaminhamentos, ao buscar os documentos, foi informado que teriam que começar desde o início porque os encaminhamentos tinham sido extraviados.

Estrada da fronteira com vistas para o Quartel Fortuna, próximo de Marco Porvenir e Asención de la Frontera na Bolívia.



O marco da Divisa está no mais alto do morro que se encontra no centro da fotografia que foi tirada na estrada, entrada para a aldeia Fazendinha. No primeiro plano está o Quartel Fortuna e na margem da estrada um Posto de Vigilância do INDEA e GEFRON. Na direita da fotografia, sem aparecer aqui, existe uma comunidade na Bolívia chamada Marco Porvenir onde o córrego Encantado que vem da aldeia Fazendinha corta a estrada, paralela a esta, que corre na Bolívia de Espírito a San Matias. No lado de lá da fronteira, logo adiante, aos pés do morro visto aqui, desce outro córrego de água para a comunidade de Ascención de la Frontera.

Dando continuidade à trajetória, já não mais em Porto Esperidião, mas em Cuiabá, Manoel teve auxílio do Defensor Público Roberto Tadeu Vaz Curvo. Foram até o Cartório do Terceiro Ofício para começar novamente o processo de registro de nascimento. No cartório, o tabelião pediu certidão de “nada consta” nos cartórios de registro civil de pessoas naturais de Cuiabá até Vila Bela da Santíssima Trindade, com a finalidade de descobrir se Manoel já não tinha sido registrado antes, uma busca que parece superficial, pois poderia ter sido registrado com outro nome. Em todo caso, não queremos problemas, mas soluções e confiamos nas informações dadas pelo interessado, base para toda cidadania e relação humana, foi comprovado que Manoel não era registrado em nenhum lugar.

Depois, com a certidão de nascimento, foram para a POLITEC onde foi solicitado a Carteira de Identidade. Retornamos ao cartório na data solicitada para buscar a certidão de nascimento de Manoel e, no dia 23/11/2012, consegui tirar a carteira de identidade. Este caso levou o Estado de Mato Grosso, posteriormente, a fazer um mutirão para regularizar os documentos da população Chiquitana na Fronteira.

Por isso agora vem a pergunta fatídica: se a aldeia Vila Nova Barbecho vem, desde 2003, se manifestando como indígena e pedindo um Grupo de Trabalho da FUNAI para regularizar seu território tradicional, na forma da Lei, por que ainda estes Chiquitanos não possuem nenhum processo de criação deste GT por parte do Governo? Nestes anos todos, quanto sofrimento foi sentido, quanta violência vivenciada, muitas mortes e opressões aconteceram, principalmente por parte da Fazenda São Pedro. Com isso fica compreensível a denúncia feita na ONU por uma Chiquitana, conforme abaixo:

Bom dia.

Sou Saturnina Urupe Chue, professora indígena do Povo Chiquitano do Estado de Mato Grosso, estou aqui enquanto liderança representando meu povo que mora na fronteira com a Bolívia. No Brasil os povos indígenas de modo geral têm enfrentado momentos difíceis na luta pelos seus direitos, principalmente nos últimos tempos. Mas aqui quero falar de modo especial sobre a realidade do meu povo Chiquitano que habita a região de fronteira no Estado de Mato Grosso. A nossa luta pela garantia do nosso Território começou mais forte com a Constituição de 1988, mas até o presente momento não temos nenhum território Chiquitano demarcado. Enfrentamos diversas situações que ferem a nossa dignidade, ferem os nossos direitos de seres humanos. Quero denunciar aqui, em nome do meu povo, as atrocidades e violências que estamos vivenciando. Somos originários dessa região, mas lamentável o que aconteceu e vem acontecendo com

nosso povo. Muitos de nós já foram expulsos por posseiros fazendeiros e políticos que obrigaram e ainda obrigam inúmeras famílias e até comunidades inteiras de Chiquitano a migrarem para as cidades onde acabam morando em situação de extrema vulnerabilidade nas periferias das cidades. É muito triste presenciar situações cruéis de desmatamento, uma destruição da Mãe natureza com todos os recursos naturais ali existentes para evitar a demarcação da nossa terra. A mãe terra é de suma importância para nossa sobrevivência. Ver que nossas casas e aldeias inteiras foram destruídas, queimadas pelos invasores dói no coração. Ver que uma cabeça de gado vale mais do que vidas humanas, ser desvalorizados e desrespeitados pela própria Justiça que não demarca nossa terra. O governo diz que não demarca um palmo de terra a mais para os indígenas, mas não considera a nossa situação, pois algumas etnias já têm garantido seus territórios, mas nós não temos um palmo de terra demarcado para nós.

Acabamos sendo considerados estranhos em nossas próprias comunidades, muitos nos consideram incômodo e empecilho para o “desenvolvimento” da região. Estão nos impondo viver acurrados como animais em um pedacinho de terra, rodeado por gado de fazendeiros, viver em cidades completamente fora da realidade Chiquitano. As violações dos nossos direitos são tantas que não sei nem por onde começar: os Chiquitanos morrem por falta de atenção básica à saúde, o governo quer retirar o atendimento específico para os índios. Muitas doenças que antes não tínhamos, agora estão sendo cada vez mais frequentes, tenho um vizinho que tem três filhos que morreram com tumores no corpo, os médicos não explicam. O contato com os agrotóxicos deixa muitas pessoas com a saúde fragilizada. Tiraram a nossa terra para a sobrevivência como Chiquitanos. Somos obrigados a trabalhar como empreiteiros e diaristas em fazendas, somos mão de obra barata.

Alguns Chiquitanos são coagidos por políticos e fazendeiros a negar sua própria identidade, e pior, a depor contra seu próprio povo. As lutas e conquistas que nós das aldeias conseguimos nas políticas públicas para atender as necessidades básicas à saúde, educação e outros, não são concretizadas pois alegam a falta do território demarcado. Quero denunciar ainda a **omissão e morosidade na regularização de terras**: existe uma morosidade no processo de Demarcação dos Territórios Chiquitanos que é criminoso, pois neste tempo nós Chiquitanos estamos morrendo e nossas matas estão virando pasto para o gado. O descumprimento de prazos para tal regularização por parte do governo, agora com a FUNAI fragilizada grita aos céus. A sabotagem na festa tradicional do povo Chiquitano, o Curussé na aldeia Vila Nova Barbecho, utilizando agrotóxicos no

meio dos produtos naturais que fazem parte da festa tradicional mostra a perversidade a que chegam os conflitos locais. Todos os tipos de agressões com os Chiquitanos, sejam verbais, físicas e psicológicas, aparecem no nosso cotidiano com discriminação e preconceito, porque queremos nossa terra demarcada segundo a Constituição brasileira.

O processo de expulsão das terras empreendido pelos fazendeiros com o aval do governo é criminoso e vai pesar muitas gerações sobre os descendentes destes fazendeiros e políticos, pois muitos inocentes morreram nesta forma de ocupação das terras Chiquitanas, o roubo dos meios de vida que vivenciamos é dramático. Por exemplo, no Barbecho fomos jogados expulsos do córrego seco, lá as crianças nasciam e morriam por desnutrição das mães. Podem ir olhar quantas covas de crianças estão lá no cemitério da comunidade. Sofremos como nunca neste lugar por que os fazendeiros tinham cercado a nós no meio das fazendas e não tínhamos outra alternativa que trabalhar como escravos para eles.

Diante disso, solicito apoio desta Comissão de Direitos Humanos para que o governo brasileiro cumpra com seu dever e obrigação de demarcar o Território dos Chiquitano para que possamos, pelo menos, amenizar as dores e sofrimentos que vivemos, nem indenização queremos pelo que já passou!

6. Conclusão

A análise dos casos de Manoel Chiquitano e de Saturnina Urupe Chue são relevantes e também pertinentes, quando diz a respeito da capacidade jurídica e aponta que, mesmo o fato de termos registros de identidade, não faz com que o Estado nos reconheça. É a nossa militância política respaldada pela capacidade jurídica o que nos faz aptos para sermos titulares de direitos e deveres.

Por inércia e processos de corrupção nas instâncias da sociedade e do Estado, o caso dos últimos governos mostra que, sem a militância política, a coisa fica pior, pois não faz com que tenhamos algum direito garantido. No caso dos Chiquitanos, a situação é ainda mais complexa, pois os direitos são dados aos índios na Lei, mas não na prática. Por isso, muitos deles não querem esta denominação porque já se acham diferentes dos indígenas que estão na mata, ou fazem uma militância contra o Estado usurpador. Associado a isso, tem o fato de não serem reconhecidos no Estado de Mato Grosso que não quer a demarcação de suas terras, porque este indevidamente distribuiu estas terras Chiquitanas aos

seus apadrinhados. A condição econômica, cultural e social, que deveria ser um direito a ser exercido, acaba sendo um fator de discriminação e os direitos da Lei não são respeitados porque interferem na dinâmica capitalista do Estado que quer acumular riquezas na mão de poucos privilegiados.

Diante disso, nesse momento de extrema fragilidade na nossa democracia, o auxílio de outras democracias na ONU e no Parlamento Europeu com vistas para o Sínodo da Amazônia pode nos auxiliar a permanecer vigilantes no caminho, pois os governos passam e os Chiquitanos permanecerão. Deus o queira!

Referências Bibliográficas

- BRIGHENTI, Clovis Antonio. L. *Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas*. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n.32, p. 103 – 120, set./dez. 2015.
- COSTA, José Eduardo F. Moreira da. *A coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*. EdUFMT, Cuiabá. 2006 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do ICHS, UFMT, Dezembro de 2004).
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *O que mudou na política indigenista no último meio século*. **Revista Piauí**. edição 148. janeiro_2019 - questões brasileiras - Povos da megadiversidade. https://piaui.folha.uol.com.br/materia/povos-da-megadiversidade/?fbclid=IwAR2TQN6Fvzbn_xNVbDZr4Z5IRbyGN4qlkRw0tKTvI14rDEAlny5Y_tVhw6E
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. São Paulo, Ed. 34, 1995.
- KAGEYAMA, A. *A questão agrária brasileira: interpretações clássicas*. **Revista Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA. n. 3, p. 05-16, v.23, set.- dez., 1993.
- O Brasil Indígena. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf.> Acesso em: 25 mar. 2019.
- PACINI, Aloir**. *As identidades nas fronteiras: o caso de Manoel Chiquitano*. in CÓRDOBA, Lorena e COMBÈS, Isabelle (eds.). *En el corazón de América del Sur*. Vol. 1. Antropología, Arqueología, História. Biblioteca del Museo de Historia. UAGRAM, Santa Cruz de la Sierra. 2015. p. 143-168. D.L. 8-1-142-15 P.O. (ISBN 978-999974-858-8-5).
- PACINI, Aloir. *Chiquitanos e a busca pelo território*. 2012. IHU ON Line – Entrevista periódico Famaliá. Acessado no site: <www.famalia.com.br/?p=12000> Em 04 de Abr. de 2013 (ISSN 1981-8769).
- PACINI, Aloir. *Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira (Brasil – Bolívia)*. Tese de doutorado. 2012.
- PACINI, Aloir. *Camino Misional en Chiquitos*. in Villar, Diego & Combès, Isabelle. 2012: 283-296 (ISBN 978-99954-55-89-7).
- PACINI, Aloir. *Nós na cidade, índios em contexto urbano*. in: Janoni Neto, Vitale (Org.) *Política, Ambiente e Diversidade Cultural*. VI Seminário do ICHS. Ed. UFMT. 2007: 233-250.
- PACINI, Aloir. *Os Chiquitanos na Fronteira*. Apresentação do trabalho no GT 34: Povos indígenas: Dinâmica Territorial e contextos urbanos. 26º RBA. Porto Seguro. 1º a 4 de junho de 2008b.
- PACINI, Aloir. *Uma rede Chiquitano de aldeias na fronteira*. Comunicação no IIº Seminário Internacional de estudos regionais sul-americanos: contrastes socioterritoriais e perspectivas de integração regional. Eixo 06: Fronteiras sul-americanas: identidades, contrastes e dinâmica regional. UFMT. Cuiabá. 23 a 28 de outubro de 2006.
- RAMOS, Alcida Rita. *Indigenismo de resultados*. **Série Antropologia 100**. Brasília. 1990.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Marechal do Exército, patrono das comunicações no Brasil*. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/biografias/candido-mariano-da-silva-rondon.htm>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



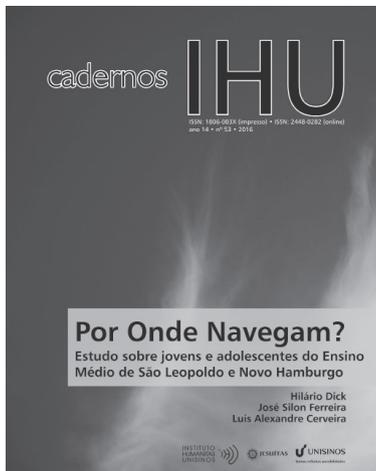
Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



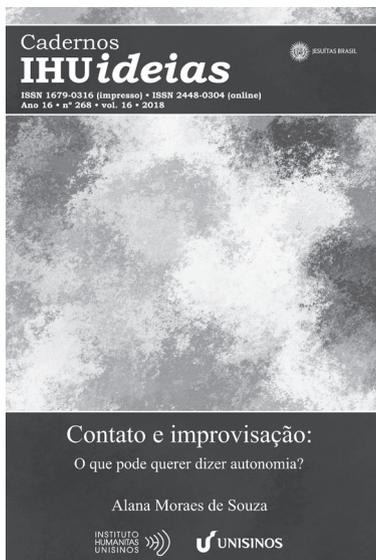
Nº 130 – *Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben* – Joel Decothé Junior

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por Onde Navegam? Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo* – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 268 – *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Dautrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montão
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e passado no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da raça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airlton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copêrnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élide Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Addressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho

- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, exata e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Amo Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barreto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mari-nês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Campos Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Campos Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaña
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Rôber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin* – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hatte e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi

- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schütz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois?”* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sacramento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *“Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabn
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”)* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biotécnicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUÁ: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Wernick Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Cohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Angelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Cammineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D’Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani

- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martin Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Lihares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos trópicos: escarvadão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Fioridi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo* – Moisés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumegalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakozzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela des-territorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Kamy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo da frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barbosa Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flávio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório econômico do capitalismo* – Acauam Oliveira
- N. 275 *Tendências autônomicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obra* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O "velho capitalismo" e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Stoterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins



Aloir Pacini possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), graduação em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (1996), mestrado em Programa de Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atualmente é adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena (Chiquitanos, Rikbaktsa, Manoki, Apiaká, Kawaiwete (Kayabi), Boe (Bororo), Xavante, Kysedje (Suyá), Terena, Guarani, etc.), Quilombolas e

Comunidades Tradicionais. Suas pesquisas focam especialmente o território tradicional (águas), fronteiras, relações com Estados Nacionais, Missões e “fricções interétnicas”.

Algumas publicações do autor

PACINI, Aloir. Kaimen. O bem-viver Wapichana. **TELLUS** (UCDB), v. 19, p. 181-211, 2019.

_____. Kywxi, em tudo amar e servir os Enawenawewe. **Convergência** (Rio de Janeiro, 1968), v. 76, p. 17-22, 2018.

_____. A partir de experiências indígenas uma antropologia da família e da pessoa humana.

Studium. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade SEDAC, v. 1, p. 113, 2015.

_____. Em tempo de copa do Mundo, os jogos dos povos indígenas em Cuiabá. **Espaço Ameríndio** (UFRGS), v. 8, p. 168-204, 2014.

Outras contribuições do autor

PACINI, Aloir. Thomas Lisboa: um exemplo da radicalização da missão da igreja junto aos povos indígenas. Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 30 de março de 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/587940>

_____. Vicente Cañas. Até que enfim chegou a hora da justiça! **IHU on-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos.**, v. 517, p. 1-2, 2017

_____. Vicente Cañas, jesuíta, trinta anos depois do assassinato, acontece um novo julgamento. **IHU on-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos.**, v. 516, p. 1-13-13, 2017.

_____. Quando a prioridade é só o desenvolvimentismo. **IHU on-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. 478, p. 44-53, 2015.

_____. Chiquitanos e a busca pelo território. Entrevista especial publicada por **IHU on-Line**, em 22 de março de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias-en-espanol/159-noticias/entrevistas/507557>



UNISINOS